



TRIBUNAL SUPREMO

2º SECÇÃO DA CÂMARA CRIMINAL

ACÓRDÃO

PROC. N° 14528

RÉU: [REDACTED]

ACORDAM EM NOME DO POVO:

I - RELATÓRIO

No Tribunal provincial do Bié, 1ª Secção, mediante querela do Digno Magistrado do Ministério Público, foi pronunciado como autor material do crime de **Homicídio Voluntário Simples**, previsto e punível pelo artigo 349.º do Código Penal, o réu:

[REDACTED], solteiro, de [REDACTED], camponês, nascido em [REDACTED], natural de [REDACTED], Província do [REDACTED], filho de [REDACTED], residente, antes de preso, no Município do [REDACTED], Bairro [REDACTED].

Realizado o julgamento e respondidos os quesitos, por Acórdão de 20 de Novembro de 2013, foi a acusação julgada procedente porque provada e, em consequência, o réu condenado nas seguintes penas:

- 17 (dezassete) anos de prisão maior;**
- kz. 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), de taxa de justiça;**
- kz. 6.000,00 (seis mil kwanzas), de emolumentos a defesa;**
- kz. 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), a título de indemnização à família da vítima.**



TRIBUNAL SUPREMO

Desta decisão, interpôs recurso o Digno Ministério Público, por Imperativo Legal, nos termos do artigo 647º §1º e 473º § único, ambos do Código de Processo Penal, pelo que está isento de apresentar alegações.

Subidos os autos nesta instância, foram os autos com vista ao Digníssimo Ministério Público, que emitiu o douto parecer que se transcreve:

"A história da matéria fáctica nas suas diversas fases não merece reparo. Contudo, a pena aplicada deve conhecer certo abrandamento em face à jurisprudência desta Instância Suprema, segundo a qual, a crença na feitiçaria mitiga a culpa do agente da infracção."

II- FUNDAMENTAÇÃO

Objecto do Recurso

É jurisprudência corrente dos Tribunais Superiores que o âmbito do recurso se afere e se delimita pelas conclusões formuladas na respectiva motivação, sem prejuízo da matéria de conhecimento oficioso.

Como é sabido, os fundamentos dos recursos devem ser claros e concretos, pois aos Tribunais não incumbe averiguar a intenção dos recorrentes, mas sim apreciar as questões submetidas ao seu exame.

As conclusões das motivações não podem limitar-se a mera repetição formal de argumentos, mas constituir uma resenha clara que proporcione ao Tribunal Superior uma correcta compreensão do objecto dos recursos.

No caso, o recurso foi interposto por imperativo legal e, nessa conformidade, não está obrigado a apresentar alegações nem conclusões (Ex vi do arte 690º do C.P. Civil), pelo que tem este Tribunal maior amplitude na determinação das questões a conhecer.

Uma leitura do aresto permite concluir, desde logo, que não constam dos factos apurados os que integram o elemento subjectivo, nem os referentes às condições pessoais do Réu e contradição entre os factos e decisão.



TRIBUNAL SUPREMO

Assim, definimos como questões a conhecer a falta de fundamentação de facto, vício referido na al. b) do art.668º do C.P.C. e que determina a nulidade da sentença.

Decidindo.

Contradição entre a fundamentação e decisão.

Este vício ocorre quando, de acordo com um raciocínio lógico na base do texto da decisão, por si ou conjugado com as regras da experiência comum, seja de concluir que a fundamentação justifica a decisão oposta, ou não justifica a decisão, ou torna-a fundamentalmente insuficiente, por contradição insanável entre os factos provados, entre os factos provados e não provados, entre uns e outros e a indicação e a análise dos meios de prova, fundamentos da convicção do Tribunal.

Também, Simas Santos e Leal Henriques o definem como *"Por contradição, entende-se o facto de afirmar e de negar, ao mesmo tempo, uma coisa ou a emissão de duas proposições contraditórias que não possam ser simultaneamente verdadeiras e falsas, entendendo-se como proposições contraditórias as que tendo o mesmo sujeito e o mesmo atributo diferem na quantidade e qualidade. Para os fins do preceito (al. b) do nº2) constitui contradição apenas e tão só aquela que expressamente se postula, apresente como insanável, irredutível, que não possa ser integrada com recurso à decisão recorrida no seu todo, por si só ou com auxílio das regras da experiência."* In C. Penal anotado.

A contradição insanável ocorre no seio da fundamentação e entre a fundamentação e a decisão. A fundamentação, para efeitos deste preceito e do próprio conceito, é não só aquela que se reporta ao facto, mas, também a que se reporta à decisão e a esta na sua relação com a fundamentação de facto.

Sendo estes os pressupostos da verificação do vício invocado, resulta claro que o Tribunal ao não dar como provado o facto de o Réu ter batido na vítima e a chuva ter provocado que o mesmo caísse e rebolesse com o chassi onde o Réu o amarrou provocando-lhe ferimentos, e dar como provado que o réu é responsável pela morte tendo em conta o relatório da autópsia que atesta que a morte resultou de



TRIBUNAL SUPREMO

espancamentos, fácil é descortinar da referida contradição no texto da decisão recorrida entre os factos provados e não provados e entre estes e a própria decisão.

Porém, tendo em conta os depoimentos da [REDACTED] que foi convincente e a confissão do Réu, percebe-se que o Tribunal só por lapso verteu na matéria apurada aquele facto que traduz o nexo de causalidade entre a conduta do Réu e morte.

Assim, e como dispomos da acta, que nos permite assim concluir, na fundamentação de facto faremos a necessária correcção, para se corrigir desta nulidade, pelo que teremos de verter na matéria apurada o facto que constava dos factos apurados, que de resto, também está em oposição com a motivação, onde o tribunal faz referência à testemunha que refere estes maus tratos para fundar a sua decisão.

Da falta de fundamentação de facto.

A falta de fundamentação de facto trata-se de um vício decisório relacionado com a perfeição formal da decisão da matéria de facto e cuja verificação há de, necessariamente, ser evidenciada pelo próprio texto da decisão recorrida, por si ou conjugada com as regras da experiência comum, sem possibilidade de recurso a outros elementos que lhe sejam estranhos, mesmo que constem do processo, sendo os referidos vícios intrínsecos à decisão como peça autónoma.

Verifica-se o *vício da insuficiência para a decisão da matéria de facto provada*, quando a matéria de facto provada seja insuficiente para fundamentar a decisão de direito ou quando o tribunal, podendo fazê-lo, não investigou toda a matéria de facto relevante, conduzindo a uma decisão de direito viciada por falta de suficiente base factual, ou seja, os factos dados como provados não permitem, por insuficiência, a aplicação do direito ao caso que foi submetido à apreciação do julgador. Ou seja, este vício ocorre quando a matéria de facto provada não basta para fundamentar a solução de direito e quando não foi investigada toda a matéria de facto contida no objecto do processo e com relevo para a decisão, cujo apuramento conduziria à solução legal.

Na situação dos autos, uma leitura do aresto posto em crise permite-nos, de imediato, verificar que não consta dos factos provados a intenção de tirar a vida, pelo que, há



TRIBUNAL SUPREMO

insuficiência de elementos factuais para subsumir a conduta do Réu no imputado crime de homicídio.

Assim, impõe-se o suprimento das nulidades verificadas, na medida em que, dispondo dos elementos necessários a uma decisão justa e equitativa, este Tribunal está em condições de o fazer, tal como determina o art.º 715º do C.P.Civil.

Por essa razão, vamos passar a conhecer destas questões.

Por nos parecer relevante, transcrevemos o teor da decisão recorrida, na parte que interessa:

" ... discutida a causa, em audiência de julgamento, ficou provado por confissão e depoimentos das partes que o réu [REDACTED] e a vítima [REDACTED], até a data do crime ambos, foram securos do Bairro [REDACTED], Província do Bié, cargos para os quais foram indicados depois dos Acordos de Paz alcançados pelo País a 04/04/2002.

Que antes de exercerem tais cargos, os dois tinham boas relações de amigos, até porque andavam juntos.

No entanto, a partir do momento em que a vítima começou a granjear mais popularidade, dada a sua retórica e actos, o que de certo modo lhe fez conquistar mais popularidade com relação ao réu, isso começou a criar grandes divergências entre ambos.

De forma a derrubar o seu mais directo rival, não só criou intrigas que provocaram várias reuniões entre os sobas e séculos, como também engendrou outra briga acusando-o de feiticeiro, porque alegadamente a vítima tinha proibido a senhora [REDACTED], quimbanda que cuidava da saúde da declarante [REDACTED], por suposta doença que padecia.

Depois de todas as acusações falsas que visavam para o réu denegrir a posição do seu mais directo rival, os Sobas realizaram encontros um do qual convocado com o propósito da quimbanda [REDACTED], indicar, na presença de



TRIBUNAL SUPREMO

todos, quem realmente terá proibido ela a não tratar tradicionalmente a saúde da mulher do réu.

Importa realçar que, naquele encontro presenciado por populares do bairro e sobas, esta quimbanda disse que quem lhe terá proibido é o senhor conhecido pelo nome de [REDACTED] ora filho do malogrado. Porém, ao [REDACTED] não foi perguntado quem o tinha orientado a proibir a quimbandeira a não tratar a [REDACTED].

Imbuído de ódio que o réu tinha pela vítima, cerca das 17 horas do dia 04/03/2013, no Bairro Agostinho Neto, Município do [REDACTED], o réu trouxe para a sua casa a vítima e a amarrou num chassi, que até à data do crime se encontrava no pátio da sua casa, onde passou todo dia e com fortes chuvas que lhe bateram, sem que o réu tivesse piedade dele.

Durante o período da noite, a vítima foi obrigada pelo réu a beber uma caneca de kissangua (gasosa caseira), onde continha metadinhas de aço cortejado, sangue retirado no joelho da [REDACTED] e com outras substâncias que os autos não reportam claramente, porém, tudo visava, a todo custo, acabar com a vida do malogrado.

Os autos não determinaram durante a fase de instrução preparatória que tipo de líquido ou substância o réu deu a beber à vítima.

No dia 07/03/2013, a vítima foi escoltada por dois jovens nomeadamente [REDACTED] e [REDACTED] para a sua lavra com o propósito de ir buscar o valor de kz. 10.000.00, este montante seria repartido da seguinte maneira: kz. 5.000.00 para pagar à quimbanda [REDACTED] e outros kz. 5.000.00 para pagar aos Sobas.

Que só neste momento é que o malogrado foi resgatado das mãos do réu, graças aos seus filhos que se encontravam na lavra com a sua mãe e esposa da vítima.

No dia seguinte, portanto 08/03/2013, é quando o [REDACTED] foi levado ao Hospital Municipal, não tendo sido internado, o que foi apenas feito no dia 09/03/2013 e, 24 horas depois, o malogrado conheceu a sua morte quando eram precisamente 17 horas do dia 10/03/2013, no Hospital Municipal do [REDACTED].



TRIBUNAL SUPREMO

A certidão de óbito dos autos espelha claramente que o malgrado morreu por espancamento.

Dúvidas não restam para este Tribunal de que o comportamento agressivo que o réu adoptou contra o malgrado provocou a morte de [REDACTED].

IV - DOS FACTOS NÃO PROVADOS

O Tribunal deu como não provado o facto de que o réu não bateu no malgrado, pois que apenas foi buscá-lo de sua casa para pernoitar em casa do réu para lhe ajudar a cuidar da doente ([REDACTED]).

O Tribunal sustenta a sua posição nas declarações prestadas pela senhora [REDACTED] que antes do malgrado morrer, este disse que tinha sido fortemente torturado pelo réu, mesmo no dia que passou acorrentado no chassi, assim como no dia que passou a noite em casa do réu, apontando tudo quanto lhe deu para beber ... "

Relativamente a esta questão, por questões didáticas, vamos pronunciarmo-nos quanto a todos os factos, na medida em que, a ordem cronológica e a linguagem não são as próprias, para além de se fazer referência a conceitos de direito e meios de prova que apenas devem constar da motivação que o Tribunal, ainda que, de forma sucinta, elaborou.

Dos factos.

O réu [REDACTED] e a vítima [REDACTED], até à data dos factos, foram securos do [REDACTED], no [REDACTED], Província do [REDACTED], cargos para os quais foram indicados depois dos Acordos de Paz alcançados no País a 04/04/2002.

Que antes de exercerem tais cargos, os dois tinham boas relações de amigos, até porque andavam juntos.

No entanto, a partir do momento em que a vítima começou a granjear mais popularidade, dada a sua retórica e actos, o que, de certo modo, o fez conquistar mais popularidade relativamente ao réu, começaram a criar-se grandes divergências entre ambos.



TRIBUNAL SUPREMO

O Réu, de forma a derrubar o seu mais directo rival, não só criou intrigas que provocaram várias reuniões entre os sobas e securos, como também, engendrou outra briga acusando-o de feiticeiro, porque alegadamente a vítima tinha proibido a senhora [REDACTED], quimbanda que cuidava da saúde da declarante [REDACTED], por suposta doença que padecia.

Depois de todas acusações falsas imputadas pelo Réu que visavam denegrir a posição do seu mais directo rival, a vítima, os Sobas realizaram encontros, um dos quais convocado com o propósito da quimbanda [REDACTED], indicar na presença de todos, quem realmente a tinha proibido de não tratar tradicionalmente da saúde da mulher do réu.

A dita quimbanda disse que quem a tinha proibido foi o senhor conhecido pelo nome de [REDACTED], filho da vítima.

O Réu, imbuído de ódio que tinha para com a vítima, cerca das 17 horas do dia 04/03/2013, no Bairro [REDACTED], Município do [REDACTED], trouxe-a para a sua casa e amarrou-a a um chassi que, à data dos factos, se encontrava no pátio da sua casa, onde passou todo dia, com fortes chuvas e bateu-lhe com as mãos e devido à chuva caiu e foi rebolando por cima do chassi que lhe provocou vários ferimentos na região torácica sem que o réu tivesse piedade dele.

O Réu, durante o período da noite obrigou a vítima a beber uma caneca de kissângua (gasosa caseira), que continha metades de aço corteados, sangue retirado no joelho da [REDACTED] e, outras substâncias que os autos não concretamente determinam, mas que visavam acabar com a vida da vítima.

No dia 07/03/2013, a vítima foi escoltada por dois jovens nomeadamente [REDACTED] e [REDACTED] para a sua lavra, com o propósito de ir buscar o valor de kz. 10.000.00, para ser repartido da seguinte maneira: kz, 5.000.00 para pagar a quimbanda [REDACTED] e outros kz. 5.000.00 para pagar aos Sobas.

Entretanto, no dia 08/03/2013, a vítima [REDACTED] foi levado ao Hospital Municipal, não tendo sido internado, o que foi apenas feito no dia 09/03/2013, vindo a falecer pelas 17 horas do dia 10/03/2013, no Hospital Municipal do [REDACTED].



TRIBUNAL SUPREMO

Os ferimentos causados pelo Réu foram causa directa e necessária da morte da vítima.

A certidão de óbito dos autos espelha claramente que o malgrado morreu por espancamento.

O Réu ao actuar do modo descrito, quis tirar a vida à vítima.

Agiu deliberada, livre e conscientemente, sabendo que a sua conduta era punida por lei.

O Réu tem bom comportamento.

O Réu confessou parcialmente os factos.

Motivação

Neste concreto, apenas para acrescentar um elemento que mal constava dos factos provados e deveria constar da motivação e, que por isso, escrevemos a negrito.

O Tribunal sustenta a sua posição nas declarações prestadas pela senhora [REDACTED] que antes do malgrado morrer, este disse que tinha sido fortemente torturado pelo réu, mesmo no dia que passou acorrentado no chassi, assim como no dia que passou a noite em casa do réu, apontando tudo quanto lhe deu para beber.

De salientar que não foi perguntado ao [REDACTED] filho da vítima quem lhe tinha orientado a proibir a quimbandeira a não tratar a [REDACTED].

Já quanto à solução propugnada pelo Digno Magistrado do M.P. no sentido de o crime ter ocorrido por crença na feitiçaria, não estamos de acordo, já que o próprio tribunal não dá isso como provado, não podendo este Tribunal, alterar a matéria apurada, a menos que houvesse um evidente erro na valoração da prova, sob pena de estarmos a violar o princípio da livre convicção do julgado que é proibido.

Na verdade, o Tribunal, embora tivesse feito constar isso dos factos provados, ao invés de o fazer na motivação como devia, o que já foi por nós corrigido, diz mesmo que ninguém perguntou ao [REDACTED], filho da vítima, quem tinha orientado a quimbandeira para não tratar da mulher do Réu, pelo que, não existe qualquer certeza que tivesse sido essa crença o móbil do crime.



TRIBUNAL SUPREMO

Pelo contrário, de acordo com o circunstancialismo fáctico provado, estamos em crer que os conflitos surgiram pela maior popularidade da vítima na sua função como seculo, tendo sido isso que despoletou a ira no Réu que se sentiu ultrapassado.

Assim, entendemos não haver lugar a qualquer atenuação.

No mais, concordamos com a decisão recorrida.

III - DECISÃO.

Pelo exposto, os Juízes que constituem esta Câmara, julgam procedente e provado o recurso interposto e em consequência, confirmam a decisão recorrida, excepto a indemnização que se fixa em 2.000.000,00 (Dois Milhões de Kwanzas) a favor dos familiares da vítima com direito a ela;

Declaram perdoada $\frac{1}{4}$ da pena nos termos do nº1 do artigo 2º da lei 11/16 de 12 de Agosto;

Boletim ao Registo Criminal

Notifique

Luanda, 18 de Julho de 2017

José Martinho Nunes

Daniel Modesto Geraldes

Domingos Mesquita